Governança Global para o Desenvolvimento Sustentável: Resultados dos Principais Processos Multilaterais de Junho de 2026

Gobernanza Global para el Desarrollo Sostenible: resultados de los principales procesos multilaterales de junio de 2026

Global Governance for Sustainable Development: Outcomes of the Major Multilateral Processes of June 2026

Danielly Magalhães e Guto Galvão

Resumo: Os principais processos multilaterais ocorridos na última quinzena de junho de 2026 reforçaram a urgência de acelerar a implementação da Agenda 2030 e do Acordo de Paris. O Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre os ODS destaca que, apesar de avanços em governança, monitoramento e políticas públicas, o progresso permanece insuficiente, especialmente nos temas de clima, biodiversidade, oceanos, água e cidades sustentáveis. Na 7ª Conferência Global sobre Sinergias entre Clima e ODS, foi defendida a maior integração entre as agendas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, ampliação do financiamento climático, fortalecimento da cooperação internacional e maior participação de governos locais e populações vulneráveis. O relatório da 1ª Conferência sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis ressaltou a necessidade de uma transição energética justa, baseada em fortalecimento institucional, planejamento integrado, transferência de tecnologia, capacitação e eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis, responsáveis por mais de 75% das emissões globais de gases de efeito estufa. Paralelamente, a Hamburg Sustainability Conference reforçou a importância do multilateralismo, do financiamento sustentável e da criação da *South-North Commission on Development* para impulsionar a implementação dos ODS. Já a OEWG-15 da Convenção de Basileia manteve o avanço das negociações sobre resíduos plásticos, eletrônicos, baterias e têxteis, priorizando consensos técnicos e preparando decisões para a COP18 em 2027. Em conjunto, esses processos apontam para a necessidade de maior cooperação internacional, fortalecimento de capacidades, inovação e integração de políticas para transformar compromissos globais em ações concretas.

Palavras-chave: Agenda 2030; Acordo de Paris; Governança Ambiental; Cooperação Internacional; Desenvolvimento Sustentável.

Resumen: *Los principales procesos multilaterales celebrados durante la segunda quincena de junio de 2026 reforzaron la urgencia de acelerar la implementación de la Agenda 2030 y del Acuerdo de París. El informe del Secretario General de las Naciones Unidas sobre los ODS destaca que, pese a los avances en gobernanza, monitoreo y políticas públicas, el progreso sigue siendo insuficiente, especialmente en materia de clima, biodiversidad, océanos, agua y ciudades sostenibles. En la 7.ª Conferencia Mundial sobre Sinergias entre el Clima y los ODS, se defendió una mayor integración entre las agendas de clima, biodiversidad y desarrollo sostenible, la ampliación del financiamiento climático, el fortalecimiento de la cooperación internacional y una mayor participación de los gobiernos locales y de las poblaciones vulnerables. El informe de la 1.ª Conferencia sobre la Transición Más Allá de los Combustibles Fósiles destacó la necesidad de*

una transición energética justa, basada en el fortalecimiento institucional, la planificación integrada, la transferencia de tecnología, el desarrollo de capacidades y la eliminación gradual de los subsidios a los combustibles fósiles, responsables de más del 75 % de las emisiones mundiales de gases de efecto invernadero. Paralelamente, la Hamburg Sustainability Conference reafirmó la importancia del multilateralismo, del financiamiento sostenible y de la creación de la South-North Commission on Development para impulsar la implementación de los ODS. Por su parte, la OEWG-15 del Convenio de Basilea mantuvo el avance de las negociaciones sobre residuos plásticos, electrónicos, baterías y textiles, priorizando los consensos técnicos y preparando las decisiones para la COP18 en 2027. En conjunto, estos procesos ponen de manifiesto la necesidad de fortalecer la cooperación internacional, el desarrollo de capacidades, la innovación y la integración de políticas para transformar los compromisos globales en acciones concretas.

Palabras clave: *Agenda 2030; Acuerdo de París; Gobernanza ambiental; Cooperación internacional; Desarrollo sostenible.*

Abstract: *The main multilateral processes held during the second half of June 2026 reinforced the urgency of accelerating the implementation of the 2030 Agenda and the Paris Agreement. The United Nations Secretary-General's SDG Progress Report highlights that, despite advances in governance, monitoring, and public policies, progress remains insufficient, particularly in the areas of climate, biodiversity, oceans, water, and sustainable cities. At the 7th Global Conference on Climate and SDG Synergies, participants called for stronger integration between climate, biodiversity, and sustainable development agendas, increased climate finance, enhanced international cooperation, and greater participation of local governments and vulnerable populations. The report from the 1st Conference on Transitioning Away from Fossil Fuels emphasized the need for a just energy transition based on stronger institutions, integrated planning, technology transfer, capacity building, and the gradual phase-out of fossil fuel subsidies, which are associated with more than 75% of global greenhouse gas emissions. Meanwhile, the Hamburg Sustainability Conference underscored the importance of multilateralism, sustainable finance, and the establishment of the South-North Commission on Development to advance SDG implementation. The fifteenth meeting of the Open-ended Working Group of the Basel Convention (OEWG-15) also advanced negotiations on plastic, electronic, battery, and textile waste, prioritizing technical consensus and preparing decisions for COP18 in 2027. Collectively, these processes highlight the need for stronger international cooperation, capacity building, innovation, and policy integration to translate global commitments into effective action.*

Keywords: *2030 Agenda; Paris Agreement; Environmental Governance; International Cooperation; Sustainable Development.*

1. Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento sustentável

O Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2026) mostra que os objetivos relacionados ao meio ambiente continuam entre os mais desafiadores da Agenda 2030. Embora existam avanços importantes em políticas públicas, governança e monitoramento, o ritmo atual é insuficiente para alcançar as metas até 2030, especialmente nas áreas de clima, biodiversidade, oceanos e cidades sustentáveis.

1.1 ODS 13 – Ação Climática

O relatório destaca que a mudança do clima continua se intensificando em ritmo sem precedentes. Em 2025, a temperatura média global atingiu 1,43°C acima dos níveis pré-industriais, enquanto a concentração atmosférica de CO_2 alcançou o maior nível dos últimos 2 milhões de anos, correspondendo a 152% acima dos níveis pré-industriais. Embora a mortalidade por desastres tenha diminuído 65% em relação à década anterior graças ao fortalecimento das estratégias de redução do risco de desastres, o número de pessoas afetadas mais que dobrou, atingindo uma média de 123 milhões de pessoas por ano.

O relatório atribui esses avanços principalmente ao aumento do número de países com estratégias nacionais de redução do risco de desastres — de 56 países em 2015 para 141 em 2025 — e ao fortalecimento dos sistemas de preparação e resposta. Entretanto, alerta que os esforços atuais de mitigação e adaptação permanecem insuficientes para reduzir as emissões globais e proteger as populações vulneráveis. Entre as próximas prioridades estão a ampliação da adaptação, o fortalecimento das políticas nacionais de mitigação e a implementação do novo compromisso internacional de financiamento climático acordado na COP29, que prevê mobilizar US$ 1,3 trilhão por ano até 2035, com um primeiro relatório de progresso previsto para 2028.

1.2 ODS 6 – Água e Saneamento

O acesso à água potável, saneamento e higiene continua melhorando, mas bilhões de pessoas ainda permanecem sem serviços adequados. Entre 2015 e 2024, a população com acesso à água potável gerida de forma segura aumentou de 68% para 74%, o acesso ao saneamento de 48% para 58%, e os serviços básicos de higiene de 66% para 80%. Apesar desse progresso, 2,1 bilhões de pessoas ainda não possuem acesso seguro à água potável, 3,4 bilhões carecem de saneamento seguro e 1,7 bilhão não dispõe de serviços básicos de higiene.

O relatório também chama atenção para a estagnação no tratamento de águas residuais, que permanece em 56% desde 2020, e para o aumento das desigualdades regionais relacionadas ao estresse hídrico, particularmente no Norte da África, Oeste e Sul da Ásia. Embora a eficiência no uso da água tenha aumentado 24% desde 2015, mais da metade dos países ainda apresenta baixa eficiência hídrica, indicando a necessidade de acelerar a gestão integrada dos recursos hídricos e ampliar os investimentos no setor.

1.3 ODS 15 – Vida Terrestre, Biodiversidade e Florestas

O relatório apresenta um cenário misto para biodiversidade e florestas. Por um lado, houve expansão das áreas protegidas, fortalecimento das políticas nacionais de conservação e maior adesão aos instrumentos internacionais, impulsionados pelo Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal e pelo Plano Estratégico das Nações Unidas para Florestas. Por outro, a degradação dos ecossistemas continua avançando.

A cobertura florestal mundial permanece em 31,8% da superfície terrestre (4,14 bilhões de hectares), mas desde 1990 o planeta perdeu 203 milhões de hectares de florestas, sendo 41 milhões de hectares perdidos desde 2015, principalmente devido à expansão agrícola. Ao mesmo tempo, a proporção das Áreas-Chave para Biodiversidade protegidas aumentou de 25% para 45% entre 2000 e 2025. Apesar desse avanço, o risco global de extinção continua aumentando, especialmente para os corais de águas quentes, dos quais 44% das espécies encontram-se sob elevado risco de extinção devido às mudanças climáticas e outras pressões ambientais.

1.4 ODS 14 – Vida na Água (Oceanos)

O relatório destaca que os oceanos continuam sofrendo os efeitos da acidificação, do aquecimento e da sobrepesca. Embora a capacidade de monitoramento tenha aumentado significativamente — com o número de estações de monitoramento da acidificação oceânica passando de 178 em 2021 para 906 em 2026 —, a cobertura ainda é insuficiente para apoiar estratégias robustas de adaptação e mitigação. Cerca de 35,5% dos estoques pesqueiros permanecem explorados de forma insustentável e os investimentos em pesquisa marinha continuam inferiores a 1% dos orçamentos nacionais de pesquisa, apesar da economia oceânica representar entre 3% e 4% da economia mundial.

O principal avanço institucional foi a entrada em vigor, em 17 de janeiro de 2026, do Acordo sobre Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional (BBNJ), considerado um marco histórico para fortalecer a proteção dos dois terços dos oceanos localizados fora das jurisdições nacionais. O relatório recomenda ampliar os investimentos em ciência oceânica, gestão integrada das zonas costeiras, conservação baseada em áreas protegidas e desenvolvimento de economias oceânicas sustentáveis.

1.5 ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

O progresso urbano também permanece desigual. Apesar da melhoria no acesso ao transporte público — que aumentou de 53,2% para 61,5% nas cidades monitoradas — aproximadamente 1,16 bilhão de pessoas, ou um em cada quatro moradores urbanos, ainda vivem em assentamentos precários ou favelas, número que poderá ultrapassar 1,2 bilhão até 2030 caso não haja aceleração das políticas habitacionais.

Além disso, os desastres continuam comprometendo a resiliência urbana: entre 2015 e 2024 foram danificadas ou destruídas, em média, 91.847 infraestruturas críticas por ano, interrompendo anualmente mais de 1,5 milhão de serviços essenciais, incluindo unidades de saúde e escolas. A poluição atmosférica urbana também permanece elevada, com concentrações médias de material particulado fino estabilizadas em 26,1 µg/m³ desde 2020, enquanto o acesso da população a espaços públicos abertos caiu de 48% para 45,9% entre 2020 e 2025, indicando uma piora na qualidade ambiental urbana.

1.6 Relação com a saúde

O relatório evidencia que esses desafios ambientais têm implicações diretas para a saúde global. A intensificação das mudanças climáticas amplia a exposição da população a desastres naturais, afetando 123 milhões de pessoas por ano; a falta de água, saneamento e higiene continua expondo bilhões de pessoas a doenças evitáveis; a degradação dos ecossistemas ameaça a segurança alimentar e os serviços ecossistêmicos; e a persistência da poluição do ar nas cidades aumenta os riscos de doenças respiratórias e cardiovasculares. Esses resultados reforçam que a aceleração dos ODS ambientais é indispensável para proteger a saúde humana e fortalecer a resiliência das populações frente às mudanças climáticas.

2. Sétima Conferência Global sobre Sinergias entre Clima e ODS

A 7ª Conferência Global sobre Sinergias entre o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi realizada nos dias 29 e 30 de junho de 2026, em Bangkok, Tailândia. O evento foi coorganizado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das

Nações Unidas (UN DESA), pela Secretaria da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e pela Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP). A conferência reuniu cerca de 350 participantes presenciais de mais de 30 países, além de transmissão on-line, sob o tema "From Commitment to Delivery: Scaling Integrated Action in a Volatile World" ("Do compromisso à implementação: ampliando ações integradas em um mundo volátil").

2.1 Objetivos da reunião

A conferência teve como principal objetivo fortalecer as sinergias entre a implementação do Acordo de Paris, da Agenda 2030 e do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, reconhecendo que a fragmentação das políticas públicas reduz sua efetividade. Em um contexto de crises climáticas, perda da biodiversidade, conflitos geopolíticos e restrições financeiras, os participantes discutiram como integrar políticas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável para gerar benefícios simultâneos e acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Também foi enfatizada a necessidade de aproximar as prioridades globais das realidades regionais da Ásia e do Pacífico, promovendo soluções integradas, financiamento sustentável e fortalecimento da cooperação internacional.

2.2 Principais acordos e resultados

Embora a conferência não tenha sido um fórum de negociação formal, houve amplo consenso sobre diversas prioridades para acelerar a implementação integrada das agendas globais.

Os participantes concordaram que:

- a implementação do Acordo de Paris e dos ODS deve ocorrer de forma integrada, rompendo a fragmentação institucional entre setores e políticas públicas;
- é necessário ampliar significativamente o financiamento climático e para o desenvolvimento, direcionando recursos para soluções que gerem múltiplos benefícios;
- governos nacionais e locais devem atuar de forma coordenada, com maior participação das cidades, comunidades locais, povos indígenas, mulheres e jovens;
- mecanismos de planejamento, monitoramento e prestação de contas precisam ser fortalecidos para apoiar políticas integradas;
- a cooperação internacional continua sendo essencial para enfrentar desafios comuns, especialmente para pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) e países mais vulneráveis aos impactos climáticos.

Outro importante resultado foi o lançamento do **Asia-Pacific Synergies Report**, documento que reúne estudos de caso e recomendações para acelerar ações integradas na região. O relatório servirá de base para a elaboração de um programa regional de ação da ESCAP voltado à implementação conjunta das agendas climática e de desenvolvimento sustentável.

2.3 Observações dos países

Como a conferência teve caráter técnico e político, e não negociador, não houve divergências formais entre países nem votação de propostas. No entanto, algumas diferenças de posicionamento ficaram evidentes durante os debates.

A China, representada pelo enviado especial para o clima Liu Zhenmin, argumentou que, diante do atraso global no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, deveria

ser considerada a possibilidade de estender o prazo dos ODS além de 2030, além de alertar que o unilateralismo e o protecionismo dificultam sua implementação.

Por outro lado, representantes das Nações Unidas, de países vulneráveis e de diversas organizações internacionais enfatizaram a necessidade de acelerar imediatamente a implementação das metas existentes, defendendo maior integração entre políticas e aumento do financiamento climático, em vez de postergar os prazos. Também houve diferentes enfoques quanto às prioridades: os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), como Fiji e Maldivas, concentraram suas intervenções na necessidade de financiamento para adaptação, segurança energética e manutenção da meta de 1,5°C; enquanto países como Paquistão, Tajiquistão e Nepal destacaram os impactos de geleiras, enchentes e escassez hídrica, defendendo maior apoio internacional para adaptação e transferência de tecnologia.

2.4 Recomendações e próximos passos

Os debates resultaram em diversas recomendações para acelerar a implementação integrada das agendas internacionais, entre elas:

- fortalecer a coordenação institucional entre clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável;
- ampliar o financiamento climático, especialmente para adaptação e para países mais vulneráveis;
- incorporar saúde, água, transporte sustentável, cidades, energia limpa e soluções baseadas na natureza nas estratégias nacionais de implementação dos ODS e do Acordo de Paris;
- fortalecer capacidades institucionais, sistemas de dados, monitoramento e mecanismos de prestação de contas;
- ampliar a participação de governos locais, comunidades, povos indígenas, mulheres e jovens nos processos decisórios;
- promover maior alinhamento entre as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), os planos nacionais de desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como encaminhamento concreto, o Asia-Pacific Synergies Report será utilizado pela ESCAP para subsidiar a elaboração de um programa regional de ação voltado à implementação das sinergias entre clima e desenvolvimento sustentável na Ásia e no Pacífico, além de orientar futuras discussões internacionais sobre políticas integradas.

A 7ª Conferência Global sobre Sinergias entre Clima e ODS reforçou o entendimento de que os desafios climáticos, sociais e econômicos não podem mais ser tratados de forma isolada. Apesar da ausência de negociações formais entre países, houve forte convergência em torno da necessidade de integrar políticas públicas, ampliar o financiamento, fortalecer o multilateralismo e acelerar a implementação conjunta do Acordo de Paris, da Agenda 2030 e do Marco Global da Biodiversidade, com especial atenção aos países e populações mais vulneráveis

3. Relatório da 3ª Hamburg Sustainability Conference (HSC 2026)

A 3ª Hamburg Sustainability Conference (HSC 2026) foi realizada nos dias 29 e 30 de junho de 2026, na Prefeitura (City Hall) e na Câmara de Comércio de Hamburgo, Alemanha. A

conferência reuniu aproximadamente 1.600 participantes presencialmente e outros 1.500 participantes on-line, representando mais de 110 países. O evento foi organizado pelo Ministério Federal Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Cidade Livre e Hanseática de Hamburgo e Fundação Michael Otto, com apoio da GIZ e do Instituto Alemão de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IDOS).

3.1 Objetivos da conferência

A HSC 2026 teve como principal objetivo fortalecer a cooperação internacional para acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), diante de um contexto marcado por tensões geopolíticas, desaceleração econômica, mudanças climáticas e rápidas transformações tecnológicas. A conferência buscou transformar compromissos multilaterais em ações concretas por meio da criação de novas parcerias, iniciativas de financiamento, alianças entre governos, setor privado, academia e sociedade civil e propostas para reformar a governança internacional. Os debates concentraram-se em três grandes temas: economias resilientes, tecnologia e o futuro do planeta; riscos, incertezas e conflitos; e o fortalecimento do multilateralismo e da governança global.

3.2 Principais resultados e acordos

O principal resultado da conferência foi o lançamento da South-North Commission on Development, uma comissão internacional independente criada para repensar a cooperação internacional em um mundo cada vez mais multipolar. Inspirada na histórica Comissão Brandt, a nova comissão reunirá representantes de governos, organismos internacionais, empresas e sociedade civil para formular recomendações sobre o futuro da cooperação internacional. Foi anunciado que a comissão apresentará um relatório preliminar em 2027 e um relatório final em 2028, funcionando de forma independente na definição de suas prioridades.

Outro importante resultado foi a apresentação do plano de dez ações da iniciativa UN80, proposta pela Aliança de Apoio ao Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas. O plano defende reformas voltadas ao fortalecimento das equipes da ONU nos países, melhoria da coordenação entre agências, maior eficiência institucional e fortalecimento do financiamento para o desenvolvimento sustentável. Os participantes incentivaram outros Estados a aderirem à iniciativa.

A conferência também promoveu novos compromissos em diferentes áreas:

- assinatura de um memorando de entendimento para ampliar a gestão integrada de bacias hidrográficas por meio de parceria público-privada;
- fortalecimento da Declaração de Hamburgo sobre Inteligência Artificial Responsável, com novas iniciativas voltadas à capacitação, tecnologias abertas e desenvolvimento de soluções de IA adaptadas às necessidades locais;
- lançamento de discussões sobre mecanismos financeiros voltados à proteção de bens públicos globais, conservação da natureza, transparência da dívida pública e fortalecimento das cadeias produtivas africanas de minerais críticos.
  Mais informações podem ser encontradas **aqui.**

3.3 Principais temas de debate entre os participantes

- ✓ **Reforma da governança internacional**

Embora tenha havido amplo consenso sobre a necessidade de reformar o sistema multilateral, diferentes participantes defenderam enfoques distintos.

A Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio, Ngozi Okonjo-Iweala, argumentou que as reformas deveriam preservar os pontos fortes da atual arquitetura internacional baseada em regras, ao mesmo tempo em que respondessem à perda de confiança, às desigualdades e aos desafios trazidos pela inteligência artificial.

Já outros participantes enfatizaram a necessidade de mudanças mais profundas na forma como Norte e Sul Global se relacionam, propondo abandonar o modelo tradicional de doadores e receptores em favor de parcerias mais igualitárias.

- ✓ **Financiamento do desenvolvimento**

Também surgiram diferentes diagnósticos sobre os obstáculos ao financiamento sustentável.

Representantes do Banco Asiático de Desenvolvimento destacaram a necessidade de reformas institucionais para ampliar o financiamento ao desenvolvimento.

Já Mo Ibrahim argumentou que o maior problema da África não é a falta de fundamentos econômicos, mas a percepção de risco dos mercados financeiros, que encarece artificialmente o custo do capital para os países africanos. Outros participantes ressaltaram que existe capital suficiente no mundo, mas que os recursos públicos e privados precisam ser mobilizados de forma mais eficiente.

- ✓ ***Inteligência Artificial***

Os debates sobre inteligência artificial mostraram consenso quanto ao seu potencial para acelerar o desenvolvimento sustentável, mas diferentes prioridades foram enfatizadas.

Alguns participantes defenderam maior investimento em tecnologias abertas, inovação local e capacitação técnica, especialmente na África. Outros enfatizaram que o uso da IA somente será bem-sucedido se houver governança robusta, transparência, qualidade dos dados e confiança pública, evitando que a tecnologia substitua o julgamento humano.

3.4 Recomendações e próximos passos

Ao longo das sessões, diversas recomendações foram apresentadas para orientar os trabalhos futuros:

- fortalecer a cooperação internacional e acelerar a reforma das Nações Unidas por meio da iniciativa UN80;
- ampliar investimentos em infraestrutura verde, adaptação climática, segurança hídrica e soluções baseadas na natureza;
- fortalecer mecanismos inovadores de financiamento capazes de mobilizar recursos públicos e privados para os ODS;
- desenvolver sistemas internacionais mais transparentes para dívida pública e avaliação de riscos financeiros;
- ampliar investimentos em inteligência artificial responsável, especialmente por meio do fortalecimento de capacidades nacionais, inovação local e governança ética;

- fortalecer parcerias entre governos, setor privado, academia e sociedade civil para transformar compromissos políticos em ações concretas;
- promover maior participação do Sul Global na formulação da governança internacional por meio da nova South-North Commission.
- Entre os encaminhamentos concretos, destacam-se:
- elaboração de um relatório intermediário da South-North Commission em 2027;
- publicação do relatório final da Comissão em 2028, contendo recomendações para a reforma da cooperação internacional;
- continuidade da implementação da Declaração de Hamburgo sobre Inteligência Artificial;
- preparação da quarta edição da Hamburg Sustainability Conference, prevista para 2027, que dará continuidade às alianças e iniciativas lançadas nesta edição.

A Hamburg Sustainability Conference 2026 reforçou a percepção de que o atual sistema internacional precisa evoluir para responder aos desafios de um mundo mais multipolar, marcado por mudanças climáticas, desigualdades persistentes e rápidas transformações tecnológicas. Embora não tenha produzido decisões negociadas entre governos, a conferência consolidou-se como um espaço de articulação política e técnica para o lançamento de iniciativas concretas, novas parcerias e propostas de reforma da cooperação internacional. A criação da South-North Commission, o avanço da iniciativa UN80 e os diversos compromissos em áreas como financiamento sustentável, inteligência artificial, água e soluções baseadas na natureza demonstraram uma convergência em torno da necessidade de transformar o multilateralismo em resultados práticos para a implementação da Agenda 2030

4. Relatório da 1ª Conferência sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis

O Relatório da 1ª Conferência sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis (Santa Marta, Colômbia, 24–29 de abril de 2026) apresenta uma visão estratégica para transformar o compromisso firmado na COP28 em ações concretas. O documento parte do reconhecimento de que os combustíveis fósseis são responsáveis por mais de 75% das emissões globais de gases de efeito estufa, mas destaca que a transição energética já está em andamento: em 2025, a capacidade mundial de energias renováveis era quase 50% superior à de 2023, e praticamente toda a nova demanda energética estava sendo atendida por fontes renováveis. Ainda assim, o relatório enfatiza que persistem importantes barreiras estruturais, como dependência econômica dos combustíveis fósseis, endividamento, altos custos de capital, limitações tecnológicas e subsídios que continuam favorecendo os combustíveis fósseis.

As principais recomendações estão organizadas na Visão de Santa Marta, composta por dez princípios. O documento recomenda que a transição seja tratada como uma prioridade global para alcançar a meta de 1,5°C e aumentar a segurança energética, econômica e climática; que seja conduzida por uma ampla coalizão internacional baseada na cooperação e não apenas em negociações multilaterais; e que seja entendida como uma transformação econômica, social e institucional, e não apenas como a substituição de uma fonte de energia por outra. O relatório também defende o fortalecimento da governança, o planejamento integrado entre setores, a elaboração de roteiros nacionais e regionais alinhados às Contribuições Nacionalmente

Determinadas (NDCs), maior cooperação internacional, transferência de tecnologia, fortalecimento de capacidades e reforma dos incentivos econômicos que ainda favorecem os combustíveis fósseis, incluindo a eliminação gradual de subsídios e o redirecionamento dos fluxos financeiros para tecnologias limpas.

Um aspecto central do relatório é a defesa de uma transição justa, baseada em direitos humanos e adaptada às realidades locais. Os autores argumentam que a mudança não deve reproduzir desigualdades nem criar novas formas de dependência econômica ou de extrativismo, sendo necessário garantir diversificação econômica, proteção social, desenvolvimento de novas cadeias produtivas e participação ativa de trabalhadores, comunidades indígenas, povos afrodescendentes, mulheres e governos locais. Além disso, recomenda-se que os países desenvolvam estratégias nacionais capazes de reduzir sua dependência fiscal dos combustíveis fósseis e criar condições para uma transformação econômica sustentável.

Embora o relatório tenha foco predominantemente energético e econômico, a **saúde** aparece como um importante cobenefício da transição. O documento recomenda que os planos nacionais incorporem explicitamente os benefícios sanitários decorrentes da redução da poluição atmosférica, ampliem o acesso à energia limpa em comunidades rurais e vulneráveis e integrem políticas energéticas com ações em saúde, educação, abastecimento de água e desenvolvimento local. Também ressalta a necessidade de considerar os impactos históricos das atividades relacionadas aos combustíveis fósseis sobre a saúde das populações e proteger trabalhadores e comunidades durante o processo de transição.

Como próximas etapas, o relatório estabelece que o processo de Santa Marta continuará até a 2ª Conferência sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis, prevista para 2027, sob coorganização de Tuvalu e Irlanda, juntamente com Colômbia e Países Baixos. Será criado um grupo de coordenação para manter o impulso político ao longo do ano, fortalecer a articulação com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), evitar duplicações com outras iniciativas internacionais e identificar áreas que demandam ações adicionais. Além disso, três grupos de trabalho temáticos seriam lançados ao final de julho de 2026 para aprofundar análises, promover a participação contínua dos diferentes atores e desenvolver ações conjuntas voltadas à implementação da transição justa para além dos combustíveis fósseis.

5. 15ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto (OEWG-15) da Convenção de Basileia

A 15ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto (Open-ended Working Group – OEWG-15) da Convenção de Basileia foi realizada entre 23 e 26 de junho de 2026, em Genebra, Suíça, reunindo aproximadamente 580 participantes, incluindo representantes de 147 Partes da Convenção, países não Partes, Centros Regionais da Convenção de Basileia, agências das Nações Unidas e organizações não governamentais.

A reunião foi presidida por Nneka Nicholas (Antígua e Barbuda) e teve como principal objetivo revisar o progresso dos mandatos estabelecidos na COP17 (2025), desenvolver orientações técnicas e jurídicas para implementação da Convenção e preparar decisões para apreciação da COP18, prevista para abril de 2027, no Panamá.

5.1 Objetivos da reunião

Os trabalhos concentraram-se em quatro grandes eixos:

- fortalecer o funcionamento da Convenção diante do aumento dos fluxos internacionais de resíduos complexos;
- revisar e atualizar diretrizes técnicas relacionadas a resíduos perigosos, especialmente resíduos eletrônicos, plásticos, baterias, pneus, mercúrio, poluentes orgânicos persistentes (POPs) e têxteis;
- discutir possíveis revisões dos Anexos I e III da Convenção para aumentar a clareza jurídica sobre resíduos perigosos;
- ampliar a cooperação internacional e modernizar os procedimentos administrativos, especialmente por meio da digitalização do procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC).

5.2 Principais acordos alcançados

Ao longo da semana, os países concordaram em manter uma abordagem predominantemente técnica e baseada em evidências científicas para preparar decisões da COP18.

Entre os principais encaminhamentos aprovados destacam-se:

- continuidade do trabalho do grupo intersessional para aperfeiçoar o procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC), adotando uma abordagem gradual para implementação das melhorias;
- atualização das diretrizes técnicas sobre resíduos contendo POPs, baterias, pneus e resíduos eletrônicos, com novo período para envio de comentários pelos países antes da COP18;
- continuidade dos projetos-piloto para digitalização dos documentos de notificação e movimentação de resíduos;
- manutenção dos trabalhos sobre resíduos têxteis, priorizando inicialmente o desenvolvimento de orientações técnicas para diferenciar roupas reutilizáveis de resíduos têxteis;
- prosseguimento da revisão dos Anexos I e III da Convenção por meio de um Grupo de Especialistas, incorporando as contribuições recebidas durante a reunião.

5.3 Temas que geraram debates entre os países

Embora diversas decisões tenham sido adotadas por consenso, alguns temas geraram intensos debates.

- ✓ **Resíduos plásticos**

O tema mais controverso da reunião foi o futuro do trabalho da Convenção sobre resíduos plásticos.

A Suíça, apoiada por Ilhas Cook, Etiópia, Mali, Nigéria, Palau, Zimbábue e posteriormente por grande parte do Grupo Africano, União Europeia, Panamá, Noruega e diversos outros países, propôs ampliar as atividades da Convenção para fortalecer a prevenção da geração de resíduos plásticos, reduzir a poluição e proteger a saúde humana e o meio ambiente.

Em oposição, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Kuwait, Irã, Rússia e Estados Unidos argumentaram que essa proposta extrapolava o mandato da Convenção de Basileia e poderia interferir nas negociações do futuro tratado global sobre plásticos conduzidas pelo Comitê Intergovernamental de Negociação (INC). O Brasil também manifestou dúvidas quanto à utilidade de aprofundar a discussão naquele momento.

A ausência de consenso impediu inicialmente a criação de um grupo de contato. Após negociações informais entre Tanzânia e Arábia Saudita, foi alcançado um compromisso limitado: a Secretaria apenas elaborará uma compilação das atividades já existentes sobre resíduos plásticos desenvolvidas no âmbito da Convenção para análise na COP18.

- ✓ **Resíduos têxteis**

Outro tema sensível foi a possibilidade de ampliar os controles internacionais sobre roupas usadas e resíduos têxteis.

O Grupo Africano, Camarões e Tanzânia defenderam que grandes volumes de resíduos têxteis são exportados para países africanos disfarçados de roupas reutilizáveis e apoiaram a inclusão desses materiais no sistema de Consentimento Prévio Informado (PIC).

Por outro lado, Japão, Estados Unidos, China, Angola, Quênia, Catar e Arábia Saudita demonstraram preocupação com uma expansão prematura do escopo da Convenção. Os principais argumentos apresentados foram:

- insuficiência de evidências técnicas;
- ausência de definições harmonizadas para distinguir roupas usadas de resíduos;
- risco de impactos negativos sobre o comércio de roupas de segunda mão, importante fonte de emprego em diversos países em desenvolvimento.

Como resultado, os países decidiram priorizar o desenvolvimento de orientações técnicas para classificação dos materiais antes de discutir novas obrigações regulatórias.

- ✓ **Revisão dos Anexos I e III**

A proposta de revisar os Anexos I e III também revelou posições divergentes.

União Europeia, Suíça, Canadá e Reino Unido defenderam que ajustes poderiam aumentar a clareza jurídica e fortalecer a proteção ambiental.

Em contrapartida, Arábia Saudita, Rússia, China, Bangladesh, Catar e Indonésia alertaram que alterações amplas poderiam gerar elevados custos de implementação, exigir mudanças legislativas nacionais e criar dificuldades para países em desenvolvimento. O Grupo Africano também defendeu uma abordagem cautelosa, acompanhada de assistência técnica e fortalecimento de capacidades.

- ✓ **Limites para POPs**

Durante a revisão das diretrizes sobre resíduos contendo poluentes orgânicos persistentes (POPs), surgiram divergências sobre os níveis máximos permitidos.

O Grupo Africano defendeu limites tão baixos quanto possível para maximizar a proteção da saúde humana e do meio ambiente.

China e Argentina alertaram que limites excessivamente baixos poderiam ser difíceis de medir e aplicar na prática, comprometendo a implementação das normas.

Também houve divergência entre Arábia Saudita e Rússia, que solicitaram a retirada de referências consideradas fora do mandato da Convenção, como menções a combustíveis fósseis e materiais livres de plástico.

5.2 Recomendações e próximos passos

A reunião definiu um amplo programa de trabalho intersessional até a COP18.

Entre as principais ações aprovadas estão:

- recebimento de comentários dos países sobre diversas diretrizes técnicas entre agosto e novembro de 2026;
- continuidade dos trabalhos dos grupos intersessionais (SIWG e EWG);
- revisão das diretrizes técnicas sobre POPs, resíduos eletrônicos, baterias, pneus e resíduos têxteis;
- desenvolvimento adicional da digitalização do sistema PIC e incentivo à realização de projetos-piloto;
- compilação de informações sobre atividades relacionadas aos resíduos plásticos e sua implementação;
- continuidade da revisão dos Anexos I e III da Convenção;
- preparação de todos esses documentos para deliberação na COP18.

A OEWG-15 demonstrou que a Convenção de Basileia permanece um instrumento central da governança internacional sobre resíduos perigosos, mas enfrenta desafios crescentes decorrentes da rápida evolução de novos fluxos de resíduos, especialmente plásticos, resíduos eletrônicos, baterias e têxteis.

Apesar das divergências políticas entre grupos de países sobre a ampliação do mandato da Convenção e o ritmo das mudanças regulatórias, prevaleceu uma estratégia de construção gradual de consensos, baseada em evidências científicas, fortalecimento da capacidade técnica dos países e continuidade do trabalho intersessional. Assim, a maior parte dos temas permaneceu em desenvolvimento, preparando o terreno para decisões mais abrangentes durante a COP18 em 2027.

Informações mais detalhadas sobre cada etapa da convenção podem ser encontradas aqui.